

## **A Importância da Auditoria Interna e do Controle Interno, na Redução de Fraudes nas Instituições Financeiras**

**Andrea Roveri de Carvalho**

**UCDB – Universidade Católica Dom Bosco**

[andrearoveri\\_1@hotmail.com](mailto:andrearoveri_1@hotmail.com)

**Eloir Trindade Vasques Vieira**

**UCDB – Universidade Católica Dom Bosco**

[eloir@ucdb.br](mailto:eloir@ucdb.br)

### **RESUMO**

Busca-se neste trabalho, demonstrar como a auditoria interna juntamente com controle interno pode auxiliar na prevenção de fraudes nas instituições financeiras. Verifica-se que a auditoria interna é muito utilizada nas empresas financeiras, porém, em sua grande maioria para solucionar problemas, e muito pouco como instrumento de prevenção. Dentro do tema escolhido a importância da auditoria interna na redução de fraudes nas instituições financeiras, deseja-se responder a seguinte pergunta: a auditoria interna, com o auxílio do controle interno, pode ser usada e serão eficazes na prevenção de fraudes realizadas dentro das instituições financeiras? O desenvolvimento deste trabalho contou com o tipo de pesquisa bibliográfica, buscando informações já organizadas, através do estudo de documentos que contém pesquisas anteriores. Quanto aos objetivos, foi utilizada a modalidade descritiva, onde foi descrito o assunto, objeto do estudo. Quanto à abordagem do problema da pesquisa, ela se classificou como qualitativa, uma vez que foram interpretados os fatos obtidos de acordo com sua intensidade e não de acordo com a sua quantidade. O objetivo geral deste estudo foi de demonstrar a importância da auditoria interna e do controle interno para a prevenção de fraudes nas instituições financeiras. Verificou-se que buscando correção ou pelo menos conseguir prevenir as fraudes às instituições financeiras pode ser utilizada a auditoria interna, ferramenta importante para as empresas, pois examinam e analisam todos os sistemas e relatórios da empresa, avaliando também o sistema de controle. O controle interno também por sua vez, é muito importante, pois traz para empresa maior organização auxiliando o trabalho de auditoria.

**Palavras-chave:** Auditoria, Auditoria Interna, Controle Interno.

**Data do recebimento do artigo: 07/10/2015**

**Data do aceite de publicação: 18/12/2015**

## **INTRODUÇÃO**

Verifica-se a cada mais informações sobre como as instituições financeiras veem sofrendo muito com o aumento de fraudes, tanto vindas de meios externos como também fraudes cometidas por pessoas que fazem parte do meio, ou seja, os próprios funcionários. O que se verifica também é que por vezes, as fraudes estão aumentando devido ao aumento das tecnologias e do aperfeiçoamento dos sistemas, o que para os clientes e empresas facilita a utilização e o trabalho, porém, na verdade está deixando o sistema mais vulnerável.

Identificam se também neste contexto, que estas instituições estão investindo em instrumentos de segurança, pois com as fraudes, ocorre a perda tanto para as empresas, bem como para os clientes, perdendo assim a sociedade como um todo, pois além de sofrerem com os roubos e desvios causados pelos fraudadores, ainda pagam a conta dos investimentos cada vez maiores ações buscando segurança, ocasionando por vezes aumento de taxas.

No entanto a contabilidade oferece também meios muito eficazes para a prevenção destas fraudes, que são o controle interno e a auditoria interna. Estas ferramentas são de grande relevância para as empresas, não só na correção de problemas, mas na prevenção deles.

O controle interno tem a finalidade de traçar planos, rotinas e métodos para salvaguardar os ativos da empresa por meio do controle contábil considerado um reflexo dos demais processos da empresa. E a auditoria interna, que no início apenas verificava a exatidão dos registros contábeis, com as exigências do mercado cada vez mais globalizado, passou a ser mais abrangente, e além de garantir a exatidão, a veracidade, a integridade e a autenticidade dos objetos examinados oferece alternativas e conhecimento dos processos incorridos nas organizações, possibilitando assim mais segurança as instituições.

Com a abordagem deste trabalho focada na descrição do controle interno e da auditoria interna, analisa-se a colaboração destas duas especializações contábeis na prevenção e redução das fraudes ocorridas dentro das instituições financeiras.

## **AUDITORIA**

A Contabilidade surgiu há muitos anos atrás, como ferramenta de controle do patrimônio. No início de maneira simples, com o passar dos tempos foi sendo transformada e aperfeiçoada. Com a evolução do comércio as empresas passaram a necessitar de ferramentas mais especializadas, pois necessitavam de algo a mais do que apenas o controle do patrimônio, de algo que as auxiliassem em sua preservação e sobrevivência.

Até o século XIII, o papel principal da contabilidade foi o de contar quanto era o patrimônio de uma determinada pessoa ou família. Porém,

com as mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas na Europa medieval [...] nasceu à necessidade de não somente se avaliar quanto é o patrimônio, mas também de descrever como ele é formado, devido à existência de um comércio mais intenso, tanto dentro da Europa, como desta para outras regiões geográficas, como a Ásia, principalmente (CARDOSO, *et al.*, 2007, p. 5).

Na década de 50, enquanto a maioria das necessidades de informação era focada apenas na produção, a contabilidade de custo atendia de forma satisfatória. No entanto, com o aumento da produção e abertura de novas indústrias em vários lugares, as empresas viram-se obrigadas a criar novos mecanismos capazes de possibilitar um melhor controle de produção e também uma avaliação de desempenho mais adequada a este cenário de maior competição e evolução tecnológica (COELHO E LINS, 2010).

Com estas mudanças as empresas sentiram a necessidade de mecanismos mais especializados e focados nos problemas e alterações do mercado. Com isto a contabilidade sofreu melhoras e foram surgindo áreas de atuação definidas, como é o caso da auditoria, que é desempenhada pelo profissional de contabilidade.

A Revolução Industrial, na Inglaterra, mudou o eixo do desenvolvimento prático dessa disciplina para aquele país. Mas a real necessidade da contabilidade pública (auditoria) somente se manifestou a partir da institucionalização do investidor capitalista (não participante da administração) (SANTI, 1988, p. 19).

Foi então através da revolução industrial e da entrada de capital estrangeiro investido nas empresas brasileiras que surgiu a necessidade da implantação da auditoria. Muitas

vezes por exigências dos investidores, devido terem a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento da empresa e ter acesso a transparência dos atos da mesma.

De acordo com Attie (2011, p. 7), “a contabilidade foi a primeira disciplina desenvolvida para auxiliar e informar o administrador, sendo ela a formadora de uma especialização denominada auditoria, destinada a ser usada como uma ferramenta de confirmação da própria contabilidade”.

Desta forma, a auditoria veio como ferramenta de verificação e de análise dos métodos utilizados, como foram utilizados e se o resultado foi satisfatório, ocorre que além disto passou a ser uma ferramenta muito utilizada na prevenção de problemas e falhas, auxiliando muito a empresa nos resultados e na tomada de decisão.

Todavia Crepaldi (2007) aborda que o risco de não verificar distorção relevante e resultante de fraude é maior que o risco de não detectar distorção relevante por força de erro. Pois a fraude geralmente é encoberta, através de atos planejados para ocultá-la, o autor usa de falsificações e atos que escondam o erro. Isto passa a ser uma limitação da auditoria.

A auditoria contábil surgiu na Inglaterra, nas contas públicas, desde 1314. No entanto, a auditoria só no século XIX se sistematizou, quando surgiram às primeiras associações de profissionais que exerciam a auditoria contábil, os contadores (FRANCO e MARRA 2001).

Ainda de acordo com os autores, Franco e Marra (2001, p. 28),

A auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes.

A auditoria irá buscar dentro dos fatos e atos, contábeis e administrativos, a relação que estes se encontram com a verdadeira realidade. Identifica-se assim, os possíveis indícios de erros e fraudes que por fato possam vir a pleitear os acontecimentos ocorridos na entidade. Sá (2002) afirma que, a auditoria é o exame de demonstrações e registros administrativos, nota-se que ela exerce sua função de examinadora em meio às

documentações que trazem os registros das variações patrimoniais, e a partir daí, a exatidão é observada pelo auditor, com integridade e autenticidade destas demonstrações, documentos e registros (SÁ, 2002).

Sendo assim, verifica-se que auditoria age não só no controle, mas também na verificação dos dados e documentos da instituição, e devido a isto conseguem analisar e encontrar irregularidades, caso existam,

Verifica-se também que apesar da auditoria “não se destinar especificamente à procura de fraudes, e erros praticados por administradores ou funcionários, ela apura tais fatos com alguma frequência, através dos procedimentos que lhes são próprios”. (FRANCO E MARRA, 2001, p.31).

Como a auditoria está preocupada com o resultado da empresa sua função é de agir tanto na correção de problemas como no auxílio da sobrevivência dela, Attie, (2011, p. 5), corrobora dizendo que “a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Assim, a atividade que a auditoria desempenha é fundamentalmente crítica, cercada de regras e normas que regem o patrimônio, tendo sua atividade testada, cerceando as possibilidades de riscos e erros.

## **O PROFISSIONAL EM AUDITORIA**

Sugere-se que o profissional de auditoria, tanto externo como o interno, deva ser uma pessoa coerente, e correta.

De acordo com Attie (2011), o auditor deve ser uma pessoa com profundo equilíbrio e probidade, pois sua opinião influenciará as pessoas envolvidas no procedimento de auditoria e gestores, principalmente sobre os assuntos da área financeira e comercial, pertencentes a acionistas, proprietários, fornecedores e clientes.

Esta profissão exige a obediência aos princípios de ética profissional, que o fundamentam na independência; integridade; eficiência; e confidencialidade. Reitera-se

então que este profissional deve ser então muito correto com suas ações, pois do resultado delas dependem muitas pessoas, e principalmente o resultado da empresa.

Franco e Marra (2000, p. 217), explicam que:

Apesar de seu vínculo com a empresa, o auditor interno deve exercer sua função com absoluta independência profissional, preenchendo todas as condições necessárias ao auditor externo, mas também exigindo da empresa o cumprimento daquelas que lhe cabem. Ele deve exercer sua função com total obediência às normas de auditoria e o vínculo de emprego não lhe deve tirar a independência.

Desta forma, sugere-se que o profissional de auditoria deva ser independente e imparcial, não deixando ser influenciado, evitando interesse, conflitos e vantagens. Deve levar seu trabalho baseado na verdade dos fatos. Deve ser íntegro em seus compromissos, sendo eficiente, pois o auditor assume responsabilidade técnica pelos serviços executados. A confidencialidade se torna elementar nesta atividade, pois só pode usar as informações obtidas para a execução do trabalho a ele determinado, não podendo de forma alguma divulgar fatos ou informações para benefício próprio.

De acordo com Attie (2011, p. 16), “o auditor pode ser responsabilizado pela não descoberta de fraude significativa em consequência de negligência na execução das normas de auditoria, ou em consequência de não tê-la aplicado convenientemente”.

Em caso de descoberta de irregularidades cabe ao auditor divulgá-las a administração, de forma sigilosa e confidencial.

Segundo Santi (1986, p.32):

A independência é o pilar em que se apoia a profissão. O auditor não só deve possuir aptidão técnica, como também manter as mais elevadas normas de honestidade e objetividade nos seus juízos e considerações. A independência constitui uma das suas qualidades pessoais mais importantes.

O auditor interno deve assessorar a administração no trabalho de prevenção de erros e fraudes, possuindo a obrigação de informá-la, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de erros ou fraudes detectados no decorrer de seu trabalho.

## **AUDITORIA INTERNA**

A Auditoria pode ser dividida em auditoria externa e auditoria interna. Neste trabalho serão abordados especificamente os conceitos da auditoria interna, pois se trata de um trabalho realizado para atender a instituições financeiras, funcionários internos, utilizando esta especialidade da auditoria.

Os conceitos da auditoria interna e externa se diferem quanto a sua atuação, a primeira é desempenhada dentro das entidades, por funcionários ligados a empresa, a segunda é desempenhada por uma empresa de auditoria ou auditor independente, porém estes não possuem vínculo empregatício com a empresa. Outra diferença é que a auditoria interna pode ser permanente, e a externa tem um tempo determinado.

Silva (2002), diz que o vínculo com a empresa desempenhado pela auditoria pode ser externo e interno. E os objetivos do exame podem ser operacionais, de sistemas, contábil e financeira e de gestão, dentre outros, e quanto ao campo de atuação, pode ser de natureza governamental e privada. Verifica-se que a auditoria cabe em todas as áreas das empresas, e também em todas as modalidades.

De acordo com Attie (1992, p.44):

A auditoria interna tem por finalidade examinar e avaliar a adequação e a efetividade dos sistemas de controle interno, determinados para dirigir as atividades das empresas, de forma que alcancem seus objetivos de acordo com os planos e políticas determinados pela alta administração.

A ação da Auditoria Interna estende-se por todos os serviços, programas, operações e controles existentes na entidade.

A aplicação dos procedimentos de auditoria deve ser realizada, em razão da complexidade e volume das operações, por meio de provas seletivas, testes e amostragens, cabendo ao auditor, com base na análise de riscos de auditoria e outros elementos de que dispuser, determinar a amplitude dos exames necessários à obtenção dos elementos de convicção que sejam válidos para o todo. (CREPALDI, 2007, p. 232).

Verifica-se que a auditoria interna tem o objetivo de prestar auxílio a gestão, possibilitando-lhe o conhecimento de suas operações, da administração e demais áreas de importância desta, oferecendo condições para um desempenho adequado de suas

funções, propiciando análise, recomendações e comentários para que os gestores possam tomar suas decisões com segurança e maior conhecimento dos processos ocorridos na empresa (ATTIE, 2010).

Para o planejamento do desenvolvimento da Auditoria Interna deve-se considerar todos os fatores relevantes na execução dos trabalhos, o auditor deve ter um conhecimento dos sistemas contábeis, de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade.

De acordo com Crepaldi (2007, p. 125), a auditoria interna é um sistema de “controle contábil que acompanha e estuda o cerceamento de erros e fraudes através de cuidar de técnicas de revisão constante de processos e acontecimentos”.

Por isto é tão importante à auditoria interna para as empresas, e nas instituições financeiras não é diferente. A auditoria interna é muito utilizada neste meio, porém, ainda em sua grande maioria para solucionar problemas, e muito pouco como instrumento de prevenção.

## **CONTROLE INTERNO**

Buscando uma melhor eficiência à auditoria interna necessita do auxílio de outra ferramenta importante de gestão, o controle interno.

Franco e Marra (2001), afirmam que, por controle interno entende-se todos os instrumentos da organização que se incumbem da vigilância, fiscalização e verificação administrativas, permitindo assim, prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se observa dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio.

Assim, um bom sistema de controle interno auxilia as empresas quanto ao controle total das atividades, pois facilita a visualização através dos relatórios emitidos pelos diversos setores da empresa, isto corrobora com a gestão quanto à tomada de decisão.

Um sistema de controle interno bem desenvolvido pode incluir o controle orçamentário, custos-padrão, relatórios operacionais periódicos, análises estatísticas, programas de treinamento de pessoal e, inclusive, auditoria interna. Pode também, por conveniência, abranger atividades em outros campos, como, por exemplo, estudo de tempos e movimentos, e controle de qualidade (ATTIE, 2000, p.114).

O sistema de controle interno é o primeiro item pelo qual o auditor inicia seu trabalho e com base nele determina a quantidade de exames a realizar. “Bons controles internos sugerem redução de trabalhos” (ATTIE, 2011, p. 22).

Assim reitera-se a necessidade de que o auditor tenha conhecimento quanto ao controle interno desenvolvido pela empresa.

Padoveze (2005) explica que a grande importância que o controle interno pode oferecer para as empresas é o fornecimento de relatórios e informações para o controle eficiente das atividades e também, a garantia da salvaguarda dos ativos das empresas contra falhas humanas intencionais ou não. Assim, o controle interno é de grande relevância para o acompanhamento das atividades da empresa, em seus diversos setores.

O controle interno é ferramenta indispensável para a segurança, das entidades, Attie (2012, p. 194), esclarece que, “os objetivos do controle interno visam à configuração de segurança adequada às atividades praticadas ao longo de toda a empresa, de forma vertical e horizontal”.

Ainda segundo o autor Attie (2011, p. 46), “o controle interno é essencial para o efeito de todo trabalho de auditoria e assim, a existência de um satisfatório sistema de controle interno reduz a possibilidade de erros e irregularidades”. Isto porque o controle interno oferece a empresa maior organização, o que dificulta a obscuridade dos atos ilícitos.

Observa-se, portanto, que o controle interno desempenhado dentro da empresa necessita de acompanhamento.

De acordo com Almeida (1996, p.57):

Não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle interno se não existir quem verifique com frequência se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema, e também se o sistema não se encontra mal adaptado.

Assim um bom sistema de controle interno provoca nos funcionários liberdade de atuação e execução dos seus compromissos, buscando assim melhores resultados. No entanto, para evitar que estes mesmos funcionários possam usar suas funções em seu

próprio benefício, e proveito, e causarem, com isto, prejuízos à instituição, por erros intencionais ou dolosos, um sistema de controle interno adequado limita a prática desses atos.

Desta forma, o sistema de controle interno previne que os funcionários caiam em tentação frente a possíveis problemas pessoais ou financeiros que os façam praticarem atos fraudulentos (ATTIE, 2011).

Quando existe um bom controle, o funcionário possui maior dificuldade para agir de forma errada, isto dificulta a ação de funcionários mal intencionados, e ajuda a empresa quanto à redução de erros e fraudes.

Attie (2011, 192), retrata que “as informações contábeis distorcidas podem levar a conclusões erradas e danosas para a empresa”. Sendo assim, existem muitas empresas que desconhecem um sistema de controle interno e pensam que possuindo funcionários de confiança, estarão longe de qualquer irregularidade, infelizmente não é verdade, de acordo com o autor “grande parte das irregularidades nos negócios, segundo se tem verificado, deve-se a empregados nos quais se confiava. Além disso, quando não existem procedimentos adequados de controle interno, são frequentes os erros involuntários e os desperdícios”.

Verifica-se que em geral

O sistema de controle interno deve permitir detectar todas as irregularidades. Um bom sistema de controle oferece maiores possibilidades de pronta identificação de fraudes em qualquer que seja a sua modalidade à identificação. Entretanto, o acordo entre dois ou mais integrantes da organização pode fazer deteriorar e cair por terra o melhor sistema de controle interno (ATTIE, 2011, p 205).

Assim o controle interno pode ser uma ferramenta de grande relevância, indispensável para uma empresa, seja ela de pequeno porte ou grande porte.

O gestor também precisa de informações claras e precisas, o que para Chiavenato (1987, p.234) reforça que “Informação: é um conjunto de dados com um

significado, ou seja, que reduz a incerteza a respeito de algo ou que aumenta o conhecimento a respeito de algo”.

Assim cabem as instituições financeiras também o auxílio a estes gestores no tramite das informações.

## **INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

As instituições financeiras são entidades de grande importância para o comércio em geral e também para a sociedade, pois auxiliam tanto pessoas físicas, como também, pessoas jurídicas, oferecendo além de segurança para o capital, o rendimento através das aplicações e poupança, como também o empréstimo da moeda financeira, através da cobrança de juros.

De acordo com o InvestEducar (2014):

A atividade de intermediação financeira exerce alguns papéis importantes, dentro do panorama do mercado financeiro. Deve, entre outros, minimizar a incerteza e os riscos a níveis compatíveis com as exigências de maximização dos ganhos, tendo que proporcionar cada vez mais segurança e agilidade no julgamento e previsão de melhores retornos.

Abaixo estão listados os tipos de instituições financeiras, e um breve conceito sobre o papel de cada uma de acordo com a INVESTEDUCAR (2014):

**Bancos Comerciais:** os bancos comerciais possuem papel de intermediadores financeiros que transferem recursos dos agentes superavitários para os deficitários.

**Bancos de desenvolvimento:** Estão ligados a empresas que significam crescimento para o país. São agentes que apoiam empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país. São usados para o fortalecimento da estrutura de capital das empresas, desenvolvimento do mercado de capitais.

**Cooperativas de Crédito:** normalmente, as cooperativas atuam em setores primários da economia, ou então são formadas pelos funcionários das empresas. As operações de cooperativa são exclusivas para os cooperados.

**Bancos de Investimentos:** os bancos de investimentos fazem captação de recursos através de CDB RDB, de venda de cotas de fundos de investimentos, de captação e repasse de recursos. Os recursos adquiridos são

direcionados a empréstimos e financiamentos para aquisição de bens de capital pelas empresas ou subscrição de ações e debêntures.

**Sociedades de Créditos, Financiamentos e Investimentos:** este tipo de instituição pode captar recursos através de letras de câmbio, e sua função é financiar bens de consumo duráveis aos consumidores através de crediário. Como é uma atividade de alto risco, o passivo das financeiras é limitado a 12 vezes seu capital mais reservas.

**Sociedades Corretoras:** as sociedades corretoras servem como intermédio para terceiros, para que estes possam operar com títulos e valores mobiliários.

**Sociedades Distribuidoras:** algumas de suas principais atividades são: a intermediação de oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários, fazem a administração e custódia das carteiras de títulos e valores mobiliários, cuidam da formação, organização e administração de fundos e clubes de investimento, podem operar no mercado acionário por conta de terceiros comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários, incluindo ouro financeiro.

**Sociedade de Arrendamento Mercantil:** as sociedades de arrendamento mercantil fazem operações com leasing, nas quais o locatário tem a opção de, no final do contrato, renovar o contrato, adquirir o bem por um valor residual ou devolver o bem locado à sociedade.

**Associações de Poupança e Empréstimo:** são sociedades civis, onde a captação de recursos se dá através de caderneta de poupança. O principal objetivo é o financiamento imobiliário, e todos os associados possuem direito à participação nos resultados.

**Sociedades de Crédito Imobiliário:** são voltadas ao público de maior renda. A captação de recursos se dá através de Letras Imobiliárias, depósitos de poupança e repasses de CEF. Os recursos captados são destinados ao financiamento imobiliários diretos ou indiretos.

**Bancos Múltiplos:** são instituições financeiras que possuem pelo menos duas das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou desenvolvimento, de crédito, financiamento e investimento. Sendo que a carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público. **Bancos Cooperativos:** são bancos comerciais ou bancos múltiplos formados, obrigatoriamente, com carteira comercial. Possui como acionistas controladores as cooperativas centrais de crédito, as quais devem deter no mínimo 51% das ações com direito a voto.

São identificados portanto a importância destas instituições. Segundo a Infopedia (2003-2016), as instituições financeiras:

São as instituições cuja atividade principal é a concessão de crédito, fazendo para isso captação de poupanças junto dos agentes econômicos, em especial das famílias. Constituem, como tal, um intermediário de suma importância na transferência de fundos das entidades que possuem poupanças para aquelas que delas necessitam para financiar os seus investimentos ou gastos correntes.

As empresas financeiras são importantes tanto para as empresas jurídicas, quanto para as pessoas físicas, pois a grande maioria dos usuários utilizam estas instituições quase diariamente, pois dependem delas tanto para investimento, para realizar operações de empréstimos, como também para o pagamento de boletos e outras contas.

Como lidam com um número grande de valores é muitas vezes local de interesse de pessoas mal intencionadas, tanto pessoas de fora da instituição, como também de funcionários que cometem atos ilícitos, fraudes, com o intuito de benefício próprio.

## **CONTROLE INTERNO X FRAUDE**

Muito se ouve falar de fraudes nas instituições financeiras, por isto a importância do controle interno buscando a prevenção. Assim o planejamento pode auxiliar nesta gestão.

O planejamento é a primeira função administrativa, definindo os objetivos para o futuro desempenho organizacional e decidindo sobre os recursos e tarefas necessários para alcançá-los adequadamente. Com o planejamento, o administrador se orienta através dos objetivos visados e das ações necessárias para alcançá-los baseando-se em método plano ou lógica. (MUNIZ, 2007, p. 111).

Kury e Rosa (2001, p.362), definem fraude como “engano, burla, logro, má fé, contrabando; adulteração, falsificação”.

Assim a fraude na maioria das vezes é cometida com a intenção de prejudicar alguém em benefício próprio.

Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade interpretação técnica NBCT 11 – IT o termo fraude refere-se a:

A ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis. A fraude pode ser caracterizada por:

- a) manipulação, falsificação ou alteração de registros ou documentos, de modo a modificar os registros de ativos, passivos e resultados;
- b) apropriação indébita de ativos;
- c) supressão ou omissão de transações nos registros contábeis;
- d) registro de transações sem comprovação; e
- e) aplicação de práticas contábeis indevidas.

O que para esta NBCT difere do termo erro que refere se a:

Ato não-intencional na elaboração de registros e demonstrações contábeis, que resulte em incorreções deles, consistente em:

- a) erros aritméticos na escrituração contábil ou nas demonstrações contábeis;
- b) aplicação incorreta das normas contábeis;
- c) interpretação errada das variações patrimoniais. (NBCT 11)

Verifica-se que a diferença entre o erro e a fraude é a intenção do autor em praticar o ato, erro acontece sem que a pessoa queira, ou seja, de força não intencional, algo que pode até ser corrigido. Porém a fraude é praticada de forma intencional através de falsificações, alterações de registros entre outros.

Segundo Attie (2011, p. 204) “a fraude, entretanto, assume múltiplas modalidades”. Das muitas classificações de fraudes vistas até hoje, reveste-se de interesse a que se divide em:

Não encobertas: ocorrem quando o controle interno é muito fraco, devido a isto o autor não se preocupa em esconder. A retirada de dinheiro do caixa sem contabilização, por exemplo.

Encobertas temporariamente: são praticadas sem incorrer nos registros contábeis, como por exemplo, quando retira-se dinheiro advindo de cobranças, omitindo-se o registro, cobrando esta diferença com entradas posteriores.

Encobertas permanentemente: neste caso a irregularidade é totalmente encoberta, o autor se preocupa com a alteração da informação contida nos registros e outros arquivos. Como exemplo pode-se alterar o valor do recebimento de um cliente, e como isto fazer retiradas de dinheiro, porém isto pode ser descoberto caso o cliente reclamar de algo posteriormente, sendo assim, é necessário a alteração no razão geral, alterando entrada e saída, para

que possa haver a igualdade, e isto pode ser feito apenas por funcionários de muita confiança.

Verifica-se, portanto, que se o controle interno e a auditoria interna, se bem utilizados e implantados são ferramentas que servem como prevenção da prática de fraudes e ajudam também na redução dos erros. Ajudam inibindo a ação dos autores, e com isto, a empresa tem possibilidades de reduzir os prejuízos, consequência dos atos de fraude, e que muitas vezes possuem um valor muito alto para empresa.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A contabilidade através da auditoria é ferramenta indispensável para as empresas, o que não é diferente nas instituições financeiras.

Verifica-se que nas instituições financeiras existe uma grande circulação de valores, o que muitas vezes chama a atenção de pessoas mal intencionadas, impulsionados geralmente por ambição, ou por outro motivo particular, que aproveitam da fragilidade do sistema para praticar fraudes, em benefício próprio. Para corrigir ou pelo menos prevenir as fraudes as instituições financeiras podem ser utilizadas a auditoria interna, ferramenta importante para as empresas, pois examinam e analisam todos os sistemas e relatórios da empresa, avaliando também o sistema de controle. O controle interno se faz importante, pois traz para empresa maior organização e serve como auxiliar para o trabalho da auditoria.

O objetivo geral deste estudo era de demonstrar a importância da auditoria interna e do controle interno para a prevenção de fraudes nas instituições financeiras. E foi observado através das explorações literárias o quanto um bom controle interno e a auditoria interna que se utilizados estas ferramentas são capazes de reduzir e prevenir as fraudes nestas instituições. Isto devido às características da auditoria interna, que servem como analisadora e avaliadora das atividades da empresa, juntamente com o controle interno que apresenta todas os documentos necessários para que a auditoria seja bem desenvolvida.

Evidencia-se, portanto, que com uma empresa organizada e auditada fica mais difícil que fraudes ocorrem, pois quanto mais controle se tem, mais transparente ficam as ações dentro da empresa, contribuindo inclusive na redução de erros.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo.Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. São Paulo: Atlas, 1996.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

\_\_\_\_\_. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Auditoria interna**. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Auditoria interna**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Auditoria interna**. 2ª ed. São Paulo: 5ª ed. Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

\_\_\_\_\_. **Auditoria interna**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CARDOSO, Ricardo Lopes; MÁRIO, Pouerí do Carmo; AQUINO, André Carlos Busanelli de. **Contabilidade Gerencial: mensuração, monitoramento e incentivos**. 1. ed. 2. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2007.

CHIAVENATO Idalberto. **Teoria Geral da Administração: Abordagens descritivas e explicativas**. Volume 02 3ª Edição, São Paulo. Editora McGraw-Hill, 1987.

COELHO, Claudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da Contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Auditoria contábil**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FRANCO, Hilário. MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 4. Ed. – São Paulo; Atlas, 2001.

\_\_\_\_\_. **Auditoria contábil**. São Paulo: Atlas, 2000.

KURY, A.G.; ROSA, U. (Orgs.) Minidicionário GAMA KURY da língua Portuguesa SA. São Paulo: FTD, 2001.

PORTAL DA CONTABILIDADE. NBCT 11 . Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1.htm>. Acesso em: 19 jan. 2016.

SÁ, Antonio Lopes de. **Curso de auditoria**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, L.I.S. A contabilidade. 2002. Disponível em: [http://www.sinescontabil.com.br/trabs\\_profissionais/A\\_Contabilidade\\_e\\_oProcesso de Comunicação](http://www.sinescontabil.com.br/trabs_profissionais/A_Contabilidade_e_oProcesso_deComunicação). Acesso em: 20 dez. 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estruturas, aplicação**. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SANTI, Paulo Adolfo. **Introdução à Auditoria**. São Paulo, Atlas 1986.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Auditoria**. São Paulo, Atlas 1988.

INVESTEDUCAR. Disponível em: <https://www.investeducar.com.br/o-que-sao-instituicoes-financeiras>. Acesso em: 26 dez. 2015.

INFOPEDIA. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$instituicoes-financeiras](http://www.infopedia.pt/$instituicoes-financeiras). 2003-2016. Acesso em: 13 dez. 2015.

## **The Importance of Internal Audit and Internal Control, The Fraud Of Reduction In Financial Institutions**

**Eloir Trindade Vasques Vieira**  
**UCDB – Universidade Católica Dom Bosco**  
[eloir@ucdb.br](mailto:eloir@ucdb.br)

### **ABSTRACT**

Search in this work, demonstrate how the internal audit with internal control can help prevent fraud in financial institutions. It is found that the internal audit is widely used in financial companies, but mostly to solve problems, and too little as a means of prevention. Within the chosen theme the importance of internal audit in reducing fraud in financial institutions, you want to answer the following question: internal audit, with the help of internal control can be used and are effective in preventing fraud carried out within institutions financial? The development of this work was the type of literature, looking for information already organized through the study of documents containing previous research. As to the objectives, we used the descriptive method, which described the subject, object of study. As to research addressing the problem, it is classified as qualitative, since the facts obtained according to intensity, not according to their numbers were interpreted. The aim of this study was to demonstrate the importance of internal audit and internal control for the prevention of fraud in financial institutions. It was found that seeking correction or at least be able to prevent fraud to financial institutions can be used internal audit, an important tool for companies, as examine and analyze all systems and company reports also evaluate the control system. Internal control also turn is very important as it brings greater business organization assisting the audit work.

**Keywords:** Audit, Internal Audit, Internal Control.